

ENS IMAGINARIUM: ***KANT E WOLFF***¹

Matteo Favaretti Camposampiero

No final da “Análítica transcendental”, Kant apresenta uma subdivisão do conceito de “nada”, cujo terceiro lugar fica ocupado pelo *ens imaginarium*, definido como “intuição vazia, sem objeto” (KrV A 292/B 348, trad. p. 274), e colocado em relação com o espaço e o tempo puros. O significado do *ens imaginarium* foi também recentemente objeto de controvérsias, principalmente relacionadas com a interpretação da “Estética transcendental”.² Em contrapartida, pouca atenção tem sido dada à origem desta expressão: alguns autores mencionam fontes escolásticas e protomodernas,³ mas pouco tem sido feito, seja para reconstruir as teorias pré-kantianas do *ens imaginarium*, seja para avaliar a atitude de Kant no que diz respeito a elas. Além disso, o debate centrou-se principalmente sobre a mencionada passagem da primeira Crítica, deixando quase sempre na sombra as não raras ocorrências da mesma expressão em outros textos de Kant. Por isto, buscarei mostrar que o conhecimento das fontes é essencial para compreender-se corretamente a tese kantiana acerca dos entes imaginários, bem como para tornar as declarações da primeira *Crítica* coerentes com o que Kant escreve em outros lugares. Defenderei, por um lado, que, para Kant (como para as doutrinas tradicionais), é apenas a maneira como nós pensamos o espaço e o tempo que os torna entes imaginários. Por outro lado, mostrarei que a recuperação kantiana do conceito tradicional de *ens imaginarium* é acompanhada de uma rejeição da maneira pela qual este conceito foi definido por Wolff; e isto porque, do ponto de vista da “Estética transcendental”, as teses wolffianas sobre o papel da imaginação na representação do espaço e do tempo tornaram-se inaceitáveis.

1. IMAGINÁRIO VERSUS REAL

Amplamente atestada na escolástica espanhola e alemã, a discussão sobre a natureza imaginária do espaço e do tempo volta a ser destaque no início do século XVIII com a publicação da correspondência entre Leibniz e Clarke. Ao longo da controvérsia, Leibniz tenta várias vezes desqualificar a concepção newtoniana de espaço e tempo, acusando-a de introduzir

entes imaginários como espaço e tempo absolutos ou de atribuir realidade a coisas que só podem ser imaginárias. Espaço e tempo, diz Leibniz, “são coisas verdadeiras, mas ideais como os números” e “como todos os entes relativos”.⁴ A idealidade do espaço implica a inexistência do espaço vazio, pois o espaço não pode ter nenhuma realidade absoluta, independente da existência de objetos extensos; o espaço vazio é algo “imaginário”. Em que sentido deve ser compreendido este adjetivo? Leibniz refere-se ao uso escolástico da expressão “espaços imaginários”, que designava os espaços extramundanos, e aplica esta qualificação para o espaço vazio em geral, observando que os argumentos contra a realidade dos primeiros valem também contra o segundo.⁵ Como Clarke bem compreende,⁶ Leibniz utiliza “imaginário” em oposição a “real”: o espaço concebido como realidade absoluta é uma quimera, uma ficção.⁷ A este espaço imaginário, de ficção, Leibniz opõe o espaço devidamente concebido como uma ordem, ou seja, uma realidade ideal: esta é uma “coisa verdadeira” no sentido que os possíveis são verdadeiros.

Contra Newton, Robert Greene argumenta também que o espaço e o tempo absoluto são apenas abstrações da mente: não coisas reais, mas “criaturas da imaginação” – um ponto que, não surpreendentemente, será muito destacado por Wolff em sua recensão da obra de Greene.⁸

Neste período, os autores da tradição escolástica tendem a classificar como imaginário tudo o que tenha a ver com abstrações e ficções matemáticas, e que, embora não seja um mero nada, não tem uma realidade extramental. Assim o faz Daniel Strahler na sua censura da metafísica de Wolff, afirmando que representamos o espaço se imaginarmos que os entes atuais não existem: o espaço é, portanto, um “*Ens rationis e mere imaginarium*, que não tem Réalité para fora de nossos pensamentos”.⁹ Deste modo, há entidades a serem caracterizadas como “imaginárias”, e seu estatuto ontológico é identificado com o dos entes de razão, cujo ser consiste apenas em ser pensados.

Para o Wolffiano Jakob Friedrich Müller, a expressão “ser imaginário” parece um expediente insatisfatório de Strahler para manter a “velha quimera do espaço absoluto”, mesmo depois de admitir que o espaço é uma ficção.¹⁰

Müller alega igualmente que se Strahler conta entre os entes também o que é puramente imaginário, então ele deve ter uma definição de entidade mais ampla da de Wolff.¹¹ Em outras palavras: não há espaço na ontologia de Wolff para entidades de consistência duvidosa como os entes imaginários. Müller estava errado: a expressão *ens imaginarium* reapareceria alguns anos mais tarde, exatamente nas obras latinas de Wolff, mas agora utilizada num sentido técnico, e portanto parcialmente ressemantizada em comparação com os usos anteriores.

2. UM SUBSTITUTO DA REALIDADE: AS NOÇÕES IMAGINÁRIAS DE WOLFF

Wolff define o *ens imaginarium* como “o que é exibido por uma noção imaginária”,¹² ou seja, uma noção “pela qual, dada alguma semelhança, simula-se o que não é, para que possamos tornar presente, como que diante dos olhos, através uma imagem, o que não se apresenta diante deles”.¹³ As noções imaginárias são uma ajuda cognitiva, permitindo-nos formar uma representação visual (e, portanto, um conhecimento intuitivo) de coisas que, por si sós, não são

objeto dos sentidos. Mas o que significa “simular o que não é”? E qual o papel desempenhado pela semelhança neste processo fictício?

Um exemplo significativo de noção imaginária é a ideia de memória como um receptáculo de ideias. Essa concepção da memória, sedimentada também na linguagem coloquial (por exemplo: em frases metafóricas como “manter na memória” etc.¹⁴), baseia-se na semelhança entre a atividade memorativa e o gesto de extrair de um recipiente coisas que foram aí colocadas. Nesta comparação, as ideias memorizadas correspondem às coisas guardadas, e a reprodução das primeiras corresponde ao ato de extrair as segundas. “Por causa desta semelhança – escreve Wolff –, simulamos, portanto, aquilo que não é, ou seja, uma espécie de receptáculo em que são colocadas as ideias adquiridas”.¹⁵ Não há, pois, nenhum armazenamento de ideias; visualizar a memória desta maneira significa “simular o que não é”. O armazenamento de ideias, portanto, é um *ens imaginarium*, que a noção imaginária exhibe. Contudo, esta simulação não é totalmente infundada, porque inspirada numa semelhança real entre o que a imagem realmente é (um receptáculo) e o que se quer representar por ela (uma faculdade mental).

Além das realidades espirituais,¹⁶ mesmo as entidades abstratas podem ser exibidas “sub imagine”.¹⁷ Uma das tarefas da ontologia é mostrar “como comumente formam-se as noções imaginárias das coisas abstratas”.¹⁸ A matemática, o reino das abstrações, é, naturalmente, o âmbito próprio para a aplicação das noções e das entidades imaginárias, que, portanto, desempenham uma importante função cognitiva e heurística: de fato, a discussão completa deles pertenceria à *ars inveniendi*.¹⁹ O uso heurístico destas noções é baseado na possibilidade de substituir o verdadeiro objeto da investigação científica com o seu “suplente” imaginário,²⁰ de modo a ser possível estudar mais facilmente as propriedades do primeiro: “com a noção imaginária é colocado um ente substituto do verdadeiro, e que pode ser tomado em lugar dele para investigar e demonstrar a verdade”.²¹

Wolff, contudo, adverte que o processo simulatório deve ser consciente e supervisionado, de forma que a mudança entre o real e o imaginário não se torne enganadora. A noção de memória como um receptáculo de ideias pode levar-nos a crer que o conteúdo mental seja como objetos que podemos reapreender à vontade, em aberta violação das leis psicológicas.²² Em outras palavras, conceber a memória como um armazenamento pode sugerir inferências impróprias das propriedades do armazenamento para as propriedades da memória. O erro está em transgredir os limites de validade da ficção, estendendo indevidamente a semelhança entre o ente imaginário e o ente real, até identificá-los. O imaginário pode ser assumido como o substituto do real por meio da semelhança entre os dois, e apenas dentro dos limites dessa semelhança. Trata-se de uma regra metodológica que podemos formular do seguinte modo: se o ente S é semelhante ao ente R no que diz respeito à propriedade P, que ambos possuem, é permitido atribuir a R, segundo a sua semelhança com S, apenas as propriedades de S que nós deduzamos a partir da propriedade P.

Em contrapartida, demais propriedades que descobramos pertencer a S, mas cuja posse não seja derivável da posse de P, não podem ser atribuídas a R (a não ser, é claro, que haja alguma razão independente para tal atribuição). Assim, se concebermos a linha reta como um fio esticado de um extremo ao outro, devemos atribuir à linha apenas aqueles predicados do fio,

que resultam da consideração do comprimento dele.²³ Isso explica porque a matemática pode beneficiar-se da referência ao imaginário: ela considera apenas as quantidades, e “para determinar a quantidade ou a grandeza das coisas são suficientes noções imaginárias”.²⁴ Pelo contrário, estas não são de nenhuma utilidade quando se trata de conhecer as qualidades das coisas, de modo que são estéreis na metafísica, e, em geral, na filosofia.

Vamos agora às noções de tempo e espaço. Segundo Wolff, o tempo, como ordem, “dá-se” se e somente se existem coisas que se sucedem; não obstante, ele permanece distinto das próprias coisas, podendo mesmo ser concebido “em abstrato”, como ordem de sucessão entre possíveis não existentes.²⁵ Por esta razão, o tempo é normalmente pensado como algo subsistente para além das coisas existentes, acreditando-se que ele continuaria a fluir mesmo se nada existisse.²⁶

Além disso, nós temos a tendência para pensar o tempo a partir de uma métrica: para medir diferentes durações, dividimos o tempo em partes semelhantes, e, portanto, concebêmo-lo como um todo que contém as existências sucessivas de coisas. Deste modo, a noção real do tempo é “reduzida” à noção imaginária,²⁷ que representa o tempo como “um ente composto de partes sucessivas contínuas não intrinsecamente diferentes, distinguido das coisas sucessivas, e junto ao qual elas coexistem”.²⁸

A imagem que corresponde à noção imaginária, e que nos permite visualizar o tempo, é a de uma “linha gerada a partir do fluxo contínuo de um ponto”; essa, com efeito, oferece-nos uma representação do tempo imaginário, ou seja, do tempo concebido “como um ente composto de partes sucessivas, que flui contínua e uniformemente”,²⁹ e que pode ser considerado como distinto das coisas que se sucedem umas às outras. A linha representa a totalidade composta por partes contínuas, e o *punctum fluens* designa o único instante temporal presente.³⁰ Por isso, os matemáticos representam o tempo por uma linha reta:³¹ não se trata de uma ficção arbitrária, mas sim de um procedimento justificado pela semelhança entre o ente real e o ente imaginário assumido como seu substituto. Na noção imaginária de um ente “não há nada a que não corresponda algo verdadeiro”; e assim é possível utilizar esta noção como noção substituta da real:³² portanto, “através da noção imaginária o tempo é corretamente representado pela linha reta gerada a partir do fluxo contínuo de um ponto”.³³

Devemos ter porém em mente que, apesar desta “correspondência” com o verdadeiro, cada noção imaginária “tem em si algo de fictício, que vem da imaginação”;³⁴ portanto, é preciso evitar a confusão com a noção real, pois, caso contrário, haveria o risco de acreditar que o tempo fosse “um ente real existente fora das coisas que se sucedem”.³⁵ A questão é que o tempo imaginário abrange somente o aspecto quantitativo da duração das coisas existentes: podemos então valer-nos da noção imaginária, em vez de da noção real, apenas quando o único aspecto relevante seja a quantidade do tempo, isto é, quando queremos medir a duração de uma coisa comparando-a com a duração de uma outra coisa. Para os matemáticos, que lidam com o tempo apenas com o propósito de medição, o conceito imaginário é, portanto, suficiente, porque permite-lhes determinar facilmente a quantidade da duração e as relações entre os diferentes durações. Pelo contrário, isso é totalmente inadequado para os fins daqueles que, lidando com metafísica, ocupam-se com questões ontológicas (o que é o tempo?) ou psicológico-rationais (como surge na alma a noção confusa de tempo?).³⁶

Mesmo o espaço sendo considerado “em abstrato” como a mera possibilidade de coexistência de várias coisas, esse espaço abstrato (possível) difere do espaço concreto (atual), pois deve ser concebido como algo uniforme e continuamente extenso.³⁷ Este é o fundamento que justifica a noção imaginária do espaço: “Até que se conceba o espaço imaginário como algo extenso, uniforme e contínuo, não se atribui a ele nada a que não corresponda algo verdadeiro. Portanto, a noção de espaço imaginário pode ser substituída pela noção verdadeira apenas quando se deva levar em conta a grandeza das coisas extensas, ou seja, quando as grandezas dos corpos tenham de ser comparadas”.³⁸ Esse espaço imaginário permite estabelecer uma métrica, então é útil para os matemáticos, que medem o tamanho e o movimento dos corpos.

Os limites de validade deste conceito são ao contrário transgredidos se o espaço for concebido como “um ente real existente fora das coisas simultâneas”,³⁹ uma espécie de receptáculo sem corpo, que recebe todos os corpos.⁴⁰ Desta forma, o espaço, antes concebido “em abstrato”, é agora concebido como uma entidade existente juntamente com os corpos, e que tem características opostas às da matéria: indivisibilidade, imobilidade e penetrabilidade. Estas são também uma parte da noção imaginária de espaço, que nos apresenta o espaço exatamente como “um contínuo extenso e uniforme, indivisível e imóvel, penetrável pelas coisas existentes”.⁴¹ Tal como esclarecido pela *Psychologia rationalis*, esta representação do espaço depende dos limites do nosso sistema perceptivo, parecendo-nos perceber realmente algo extenso e indivisível, distinto das coisas materiais singulares, e, portanto, penetrável.⁴² O erro está em tomar essa percepção confusa por uma ideia distinta e, portanto, em inferir a partir dela as outras propriedades do espaço, tornando-o um ente infinito e eterno – atributos que prenunciam a deificação do espaço operada por Henry More, Joseph Raphson, Newton e Clarke.⁴³

Mesmo tendo uma natureza ficcional, o ente imaginário wolffiano difere do ente fictício.⁴⁴ O *ens fictum* é algo impossível, que nós acreditamos possa existir, por não percebermos a contradição no conceito dele:⁴⁵ são fictícias as quimeras formadas pela fantasia, mas também as forças e as qualidades ocultas introduzidas pelos escolásticos e pelos newtonianos. O ente imaginário, ao contrário, não é caracterizado por uma “repugnância” à existência ou pela nossa suposição errônea sobre a sua possibilidade, mas pelo fato de não existir tal como nós o concebemos: “Assim, o espaço, tal como concebido pelo povo, [...] é um ente imaginário, e de fato não existe tal como acreditamos que ele exista e tal qual nos parece que o observamos”.⁴⁶ Distinguir o imaginário do fictício serve a Wolff para destacar o diferente valor epistêmico e heurístico dos dois tipos de entes: o ente imaginário é caracterizado por uma relação de semelhança com o ente real, dentro dos limites da qual é permitido tomar o primeiro como representante do segundo – o que, porém, não pode ser feito com os entes fictícios.

3. O ENTE IMAGINÁRIO DE KANT

A maneira como Kant retoma o conceito de *ens imaginarium* é parte da complexa operação que ele faz entre as duas tradicionais concepções rivais de espaço e tempo: a de Newton e a de Leibniz. Por um lado, Kant concorda com a crítica de Leibniz ao realismo newtoniano: quem considera espaço e tempo como realidades subsistentes tem “de assumir dois não entes,

subsistentes por si mesmos, eternos e infinitos (o espaço e o tempo), que existem (sem que exista contudo algo real) apenas para englobar em si todo o real” (KrV A 39/B 56, trad. p. 85, alterada). Por outro lado, a posição de Leibniz é qualificada como realismo objetivo, e, portanto, rejeitada (Cf. KrV A 26/B 42, A 32-3/B 49, e MSI, AA 2: 400).

São vários os textos que mostram Kant ter presente a expressão “ente imaginário” no sentido antirrealista tradicional.⁴⁷ Assim, na “Dissertação de 1770”, após ter negado que o tempo fosse “*algo objetivo e real*”, Kant compara o tempo “considerado em si mesmo e absolutamente”, o qual é um “ser imaginário”, com o tempo concebido como condição das representações sensíveis, que, ao contrário, é um “conceito totalmente verdadeiro” (MSI, AA 2: 400-401, trad. pp. 54-56). Aqui, o estatuto de “ente imaginário” é utilizado para expressar o que o tempo não é: esta definição se aplica ao tempo concebido como algo que existe independentemente do sujeito, como uma substância, ou um acidente ou uma relação. Em suma, seja o tempo dos leibnizianos, seja o dos newtonianos, em ambos ele é um ente imaginário.

Numa anotação de 1774, à primeira vista desconcertante, lê-se que o espaço absoluto não é um ente imaginário.⁴⁸ Mas consideremos o contexto: Kant está explicando que o espaço não é um objeto de intuição, mas a própria intuição, e que, portanto, como intuição pura, é algo real (“*etwas wirkliches*”), mesmo que simplesmente ideal (“*nicht reale, sondern ideale*”), porque existe só na alma, e não fora de nós. A razão pela qual o espaço não é “*nada de imaginado*” é que “ele é a única condição real [*wirkliche*] da representação de coisas externas reais” (Ref. 4673, AA 17: 639).

Desta forma, o passo acorda-se com o que a “Dissertação de 1770” diz sobre o tempo: se devidamente entendidos como condições formais da representação, tendo uma realidade ideal e subjetiva, espaço e tempo são entes não imaginários; eles se tornam entes imaginários somente se nós assumimos que eles existem fora do sujeito, como objetos que poderíamos intuir.

Na primeira *Crítica*, lemos que o espaço puro e o tempo puro são, sim, “algo como formas de intuir”, mas “não são eles próprios objetos que sejam intuídos (*ens imaginarium*)” (KrV A 291/B 347, trad. p. 274). Aqui parece que o conceito de ente imaginário serve para determinar o estatuto ontológico do espaço e do tempo, quer dizer, para estabelecer o que o tempo e o espaço *são*, como formas puras da intuição.⁴⁹ Mas esta impressão é enganosa: de fato, não é decerto porque “eles são algo” (isto é, as formas da intuição) que espaço e tempo são mencionados na “Tábua do Nada”. Assim, considerados como formas da intuição, espaço e tempo não seriam entes imaginários, devendo, então, aparecer numa “Tábua do Algo”. Eles enquadram-se na divisão do nada só se esvaziados de todo o conteúdo perceptual. Mesmo aqui, então, Kant está comparando o algo que espaço e tempo realmente são, com o nada que eles são se considerados em si mesmos, como se fossem entes reais.⁵⁰

Esta interpretação encontra apoio numa *Reflexion* que data de entre 1778 e 1789. Para distingui-lo do não-ente, da pura negação, Kant caracteriza o ente imaginário do seguinte modo: “Mera forma, sem realidade (pensada como coisa em si), é *ens imaginarium*. Espaço”.⁵¹ Aqui é significativa a clarificação: a forma pura, sem conteúdo perceptual, é um ente imaginário, se “pensada como coisa em si”. A clarificação coloca o texto em consonância com a tese da

“Dissertação de 1770”, segundo a qual o tempo. “considerado em si mesmo e absolutamente”, é um ser imaginário. O fato que espaço e tempo sejam entes imaginários depende essencialmente de como nós os concebemos:⁵² se os pensarmos como coisas em si, introduziremos entidades imaginárias em nossa ontologia, e assim consideraremos o nada como se fosse algo.

Mas a “Tábua do Nada” da primeira *Crítica* não contém a clarificação mencionada.⁵³ Mesmo assim, é difícil defender que Kant, então, teria abandonado esta solução. Numa *Reflexion* posterior, lemos que a idealidade do espaço e do tempo pode ser deduzida do fato que “o espaço nada contém em si que pudesse ser em si a representação de uma coisa ou da relação (de diferentes [coisas]) das mesmas umas com as outras; considerado como uma tal determinação, como *ens imaginarium*, ele é um *non ens*” (Ref1 6316 (1790-1791), AA 18: 622).

O espaço, em si, não oferece qualquer conteúdo representativo que nos permita objetivá-lo: é uma forma vazia, real não como forma das coisas em si, mas apenas como forma da nossa representação das coisas. A forma-espaço em que intuímos os objetos externos não pode ser uma determinação desses objetos, porque se nós concebermos o espaço desta forma, em nada mais pensaremos do que em um ente imaginário; logo, um não-ente, um nada. A idealidade do espaço e do tempo significa que eles são reais como condições de representação, mas imaginários se tentarmos concebê-los como conteúdo de uma representação.

O conceito de ente imaginário serve assim a Kant para expressar o lado negativo, por assim dizer, da idealidade do espaço e do tempo, ou seja, o fato que espaço e tempo nada são, senão formas de nossa intuição. Nesse sentido, o uso kantiano mantém uma evidente relação com o uso tradicional do termo “imaginário” para descrever algo que não tem nenhuma realidade fora de nosso pensamento. Mas Wolff já codificara a expressão “ente imaginário” como um termo técnico, atribuindo-lhe um significado mais específico do que o tradicionalmente associado a ele.⁵⁴ Nesse sentido, qual a posição de Kant no que diz respeito à concepção wolffiana do ente imaginário?

4. KANT E A HEURÍSTICA WOLFFIANA

Vimos que, na terminologia de Wolff, o estatuto do “imaginário” refere-se à formação de uma imagem, e, portanto, a uma intervenção da imaginação no processo cognitivo: não sendo capaz de representar visualmente uma entidade imaterial ou abstrata, imaginamos algo que se assemelhe a ela.

Em seu *Streitschrift* contra Eberhard (1790), Kant nega explicitamente que espaço e tempo sejam entes imaginários neste sentido. Para remover os paradoxos da composição do contínuo, Eberhard tinha reproposto a distinção wolffiana entre o espaço-tempo concreto e o espaço-tempo abstrato.⁵⁵ Kant rejeita esta solução: “[...] não se pode buscar uma solução no fato que o tempo e o espaço concretos não seriam submetidos ao que a matemática demonstra a propósito de seu espaço (e tempo) abstrato como ente imaginário [*als einem Wesen der Einbildung*]” (ÜE, AA 8: 202).⁵⁶ O ente imaginário aqui em questão é o de Wolff:⁵⁷ o espaço e o tempo abstratos que os matemáticos representam como grandezas contínuas, uniformes e

mensuráveis. Do ponto de vista kantiano, isso é inaceitável, por razões bem conhecidas: se a matemática tivesse realmente como objeto noções abstratas da experiência, não poderia construir juízos sintéticos *a priori*. Portanto, a única maneira de remover o paradoxo seria admitir que “espaço e tempo são meros entes de razão [*Gedankendinge*] e entes imaginários [*Wesen der Einbildungskraft*], não como forjados [*gedichtet*] por esta última, mas sim como ela tem de colocá-los a fundamento de todas suas composições e ficções [*Dichtungen*], porque são a forma essencial de nossa sensibilidade” (ÜE, AA 8: 202-203).

Ao contrário dos textos considerados antes, a passagem em questão afirma que as formas de intuição são entes imaginários; mas ela o faz de forma peculiar, sem contradizer os argumentos anteriores. Com isso, em que sentido espaço e tempo são “entes da imaginação”? Não como seus produtos, diz Kant, pois, caso sim, espaço e tempo seriam meras ficções, o que não explicaria o fato de os objetos dos sentidos sempre estarem em conformidade com eles. Em vez disso, espaço e tempo pertencem à imaginação, na medida que não podemos imaginar um objeto que não tenha dimensões espaço-temporais: como formas *a priori*, espaço e tempo enformam todas as nossas representações, sejam de objetos reais, sejam de objetos inexistentes. O significado da precisão é claro: admitir que espaço e tempo sejam entidades imaginárias significa desistir de considerá-los como coisas reais, que existem fora de nós, mas não significa colocá-los em pé de igualdade com as ficções construídas por nossa imaginação. O propósito da precisão é igualmente claro: em oposição a Eberhard, Kant pretende salientar a diferença entre a sua concepção do ente imaginário e aquela empregada pela escola wolffiana. Embora, como vimos, Wolff distinga cuidadosamente o ente imaginário do ente fictício, Kant parece dar pouca importância a esta parte da teoria de Wolff: a seu ver, o ente imaginário wolffiano ainda mantém o estatuto de um produto, de uma ficção, não podendo, portanto, fornecer uma caracterização adequada do *a priori* espaço-temporal. As formas *a priori* da intuição são algo dado originalmente, e não o resultado de uma ficção ou abstração.

Em apoio a esta leitura, pode-se mencionar um passo da “Estética transcendental”, no qual as posições de Leibniz e Wolff são acusadas de ignorar a aprioridade dos conceitos de espaço e tempo, reduzindo-os a produtos da imaginação. Aqueles que, em alternativa à visão newtoniana, consideram o espaço e o tempo como relações abstraídas da experiência, desistem com isso da possibilidade de fundar *a priori* a certeza matemática, “e os conceitos *a priori* de espaço e tempo, segundo essa opinião, são meras criações da imaginação [*Geschöpfe der Einbildungskraft*], cuja fonte tem de ser buscada na experiência, de onde a imaginação abstraiu as relações para criar algo que de fato contém o universal das mesmas, mas que não pode existir sem as restrições que a natureza ligou a elas” (KrV, A 40/B 57, trad. p. 85).⁵⁸

As “criações da imaginação” aqui mencionadas são claramente entes imaginários no sentido wolffiano: entidades que a imaginação produz para representar na forma de uma imagem as relações abstratas derivadas da observação dos fenômenos. Se Leibniz e Wolff acusaram Newton de considerar reais o espaço e o tempo imaginários, Kant, por sua vez, acusa os dois primeiros de objetivar espaço e tempo, considerando-os como relativos às coisas em si. Nesse sentido, o erro de Leibniz e Wolff teria sido o de reduzir a componente *a priori* das representações espaço-temporais a um produto da imaginação.

Mais de um passo da “Estética transcendental” parece aludir à teoria wolffiana. Após ter apresentado a sua concepção do tempo como forma do sentido interno, Kant considera a representação linear do tempo: “E, justamente porque essa intuição interna não fornece nenhuma figura [*Gestalt*], nós procuramos suprir esta falta por meio de analogias e representamos a sequência do tempo por meio de uma linha que prossegue ao infinito e na qual o diverso constitui uma série de apenas uma dimensão” (KrV A 33/B 50, trad. p. 81).⁵⁹ Portanto, mesmo para Kant, a linha deixa uma imagem do tempo, que em si não é representável, em virtude de “analogias” (Wolff teria dito “semelhanças”) subsistentes entre as duas coisas.

Além disso, acrescenta Kant, “inferimos das propriedades desta linha todas as propriedades do tempo, exceto uma: que as partes da primeira são sempre simultâneas, ao passo que as do último vêm sempre umas após as outras” (KrV A 33/B 50, trad. p. 81, alterada). Esse é o método de inferência desenvolvido por Wolff: nós temos razão em atribuir ao ente real as propriedades do ente imaginário, mas apenas sob a condição de que estas tenham sido derivadas das propriedades comuns às duas entidades.

Contudo, essa concessão ao wolffianismo é só aparente. Com efeito, exatamente por ela, Kant pretende derivar um argumento dissimuladamente anti-wolffiano: “Com isso também fica claro que a própria representação do tempo é uma intuição, pois todas as suas relações se deixam exprimir em uma intuição externa” (KrV A 33/B 50, trad. p. 81). Em outras palavras, se o tempo fosse uma representação do entendimento (o conceito universal de ordem, de acordo com o que Wolff defende), entre esta representação e a representação intuitiva da linha não haveria semelhanças suficientes para expressar, através da imagem, todas as relações temporais.

Qualquer que seja o valor deste argumento, é claro que isso pressupõe a ruptura kantiana entre sensibilidade e entendimento, ou seja, entre intuições e conceitos: no âmbito da tópica transcendental kantiana não há mais lugar para a função mediadora que a epistemologia wolffiana tinha atribuído às noções imaginárias. De um ponto de vista geral, o que está em falta na visão de Kant é a função heurística e “produtiva” do ente imaginário, ou o que, exatamente, é a contribuição original do discurso de Wolff.

BIBLIOGRAFIA

BÖHM, Andreas (1753), *Metaphysica*, Giessae, repr. Hildesheim: Olms, 1998.

DARJES, Joachim Georg (1743), *Elementa metaphysices*, t. I, Ienae.

EBERHARD, Johann Augustus (1789), “Über die logische Wahrheit oder transcendente Gültigkeit der menschlichen Erkenntniß”, *Philosophisches Magazin*, pp. 150-175.

FICHANT, Michel (1997), “L'espace est représenté comme une grandeur infinie donnée: la radicalité de l'esthétique”, *Philosophie* 56, pp. 20-48.

GREENE, Robert (1727), *The Principles of the Philosophy of the Expansive and Contractive Forces*, Cambridge.

KANT, Immanuel (1994), *Contro Eberhard. La polemica sulla Critica della ragion pura*, editado por Claudio La Rocca, Pisa: Giardini.

- ____ (2004), *Dissertação de 1770*, tradução, apresentação e notas de Leonel Ribeiro dos Santos, 2ª edição, revista, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ____ (2012), *Crítica da Razão Pura*, tradução de Fernando Costa Mattos, Petrópolis: Vozes, 2012.
- KOBUSCH, Theo (1987), *Sein und Sprache. Historische Grundlegung einer Ontologie der Sprache*, Leiden: Brill.
- LAMBERT, Johann Heinrich (1764), *Neues Organon*, Leipzig.
- LONGUENESSE, Beatrice (1993), *Kant et le pouvoir de juger*, Paris: PUF.
- ____ (1998), “Synthèse et donation. Réponse à Michel Fichant”, *Philosophie* 40, p. 79-91
- ____ (2005), *Kant on the Human Standpoint*, Cambridge: Cambridge University Press.
- MARCOLUNGO, Ferdinando Luigi (2004), *Matemática e metafísica in Christian Wolff*, in *Scienza e conoscenza secondo Kant*, editado por Antonio Moretto, Padova: Il Poligrafo, pp. 333-347.
- MÜLLER, Jakob Friedrich (1726) *Der durch die wahre Philosophie, zu seiner Schande, andern aber zur Warnung, entblöste und demasquirte falsche Philosophus, oder Antwort auf M. Dan. Straehlers Prüfung der Wolffianischen Metaphysique*, S.l., 1726
- ____ (1731), *Zweiffel gegen Hrn. Christian Wolffens Vernünftige Gedancken von den Kräfften des menschlichen Verstandes*, Giessen, repr. Hildesheim: Olms, 2001.
- ORGANTE, Alessandra (2003), *Sul concetto kantiano di nulla*, Padova: CLEUP.
- PIMPINELLA, Pietro (1988), *Imaginatio, phantasia e facultas fingendi in Ch. Wolffe A. G. Baumgarten*, in *Phantasia-Imaginatio*, Atti del V Colloquio Internazionale del Lessico Intellettuale Europeo, editado por Marta Fattori e Massimo Luigi Bianchi, Roma: Ateneo.
- REUSCH, Johann Peter (1735), *Systema metaphysicum*, Ienae, repr. Hildesheim: Olms, 1990.
- ROBINET, André (ed.) (1957), *Correspondance Leibniz-Clarke*, Paris: PUF.
- STRÄHLER, Daniel (1723), *Prüfung der vernünftigen Gedancken des Herrn Hoff-Rath Wolffes von Gott, der Welt und der Seele des Menschen, auch allen Dingen überhaupt*, I, Jena: 1723, repr. Hildesheim: Olms, 1999.
- THÜMMIG, Ludwig Philip (1725-1726), *Institutiones philosophiae Wolfanae*, Francofurti et Lipsiae, repr. Hildesheim: Olms, 1982 (vol. I: *Institutiones ontologiae*).
- VOLLRATH, Ernst (1970), “Kants These über das Nichts”, *Kant-Studien* 61: 1-4, pp. 50-65.
- WOLFF Christian, (1724), *Der vernünftigen Gedancken von Gott, der Welt und der Seele des Menschen, auch allen Dingen überhaupt, Anderer Theil, bestehend in ausführlichen Anmerckungen, und zu besserem Verstande und bequemerem Gebrauche derselben herausgegeben*, Frankfurt am Mayn, repr. in *Gesammelte Werke*, I Abteilung - Deutsche Schriften, Band 3, Hildesheim: Olms, 1983, [Anmerkungen Metaphysik].
- ____ (1728), *Philosophia rationalis, sive Logica*, Frankfurt am Main, repr. in *Gesammelte Werke*, II Abteilung - Lateinische Schriften, Band 3, editado por J. École, Hildesheim: Olms, 1983 (reprodução da edição do 1740) [LL].
- ____ (1729), *Philosophia prima, sive Ontologia, methodo scientifica pertractata*, Francofurti et Lipsiae, repr. in *Gesammelte Werke*, II Abteilung - Lateinische Schriften, Band 3, editado por J. École, Hildesheim: Olms, 2001 (reprodução da segunda edição, 1736), [Ont].
- ____ *De differentia notionum metaphysicarum et mathematicarum*, in *Horae subsecivae Marburgenses*.

Anni 1731. *Trimestre aestivum*, Francofurti et Lipsiae: 1741, repr. Hildesheim: Olms, 1983, [De differentia].

____ (1732), *Psychologia empirica, methodo scientifica pertractata*, Francofurti et Lipsiae, repr. in *Gesammelte Werke*, II Abteilung - Lateinische Schriften, Band 5, editado por J. École Hildesheim: Olms, 1968 (reprodução da segunda edição, 1738), [PE].

____ (1734), *Psychologia rationalis, methodo scientifica pertractata*, Francofurti et Lipsiae, repr. in *Gesammelte Werke*, II Abteilung - Lateinische Schriften, Band 3, editado por J. École Hildesheim: Olms, 1972 (reprodução da segunda edição, 1740), [PR].

ABSTRACT: The present article clarifies Kant's use of the expression *ens imaginarium* by confronting this use, on the one hand, with the traditional (which is still present in Leibniz), and, on the other hand, with Wolff's use. After considering the revival of the debate on the distinction between "imaginary" and "real" after the publication of the correspondence between Leibniz and Clarke (§ 1), the article illustrates Wolff's transformation of the traditional concept of *ens imaginarium*, a transformation carried out through the theory of imaginary notions (§ 2). Contrary to the fictitious *ens*, Wolff's *ens imaginarium* can work as a surrogate of the real *ens*, and thus play a heuristic function. In Kant, however, the expression *ens imaginarium* keeps the more traditional sense of "not real": space and time are imaginary beings if we conceive them as contents of the representation, rather than as pure forms of it (§ 3). Thereby, Kant aims to oppose precisely the changes introduced by Wolff, which he considers incompatible with the a priori character of the concepts of space and time (§ 4).

KEYWORDS: Imagination, Nothing, Space, Time, Kant, Wolff

Matteo Favaretti is research fellow at the Ca' Foscari University of Venice. His main research areas embrace early modern philosophy, theory of knowledge, metaphysics, mind-body problem, natural laws, theories of linguistic meaning, rational theology, and philosophy of medicine. His publications count two books (respectively on Leibniz and Wolff), three co-edited volumes and several articles and essays, among others: "Pure Intellect, Brain Traces, and Language: Leibniz and the Foucher-Malebranche Debate" (2010), and "Bodies of Inference: Christian Wolff's Epistemology of the Life Sciences and Medicine" (2015).

NOTAS

1 Este artigo foi inicialmente publicado, em italiano, em *Kant und die Aufklärung*. Akten der Kant-Tagung in Sulmona, 24-28. März 2010. Hildesheim: Olms, 2010; p. 315-328. O autor agradece a Gualtiero Lorini e a Alberto Vanzo pelos comentários e sugestões.

2 Veja-se a discussão entre Longuenesse 1993, p. 302-304 e p. 348-349; 1998, p. 79-91, trad. ingl. in Id. 2005, p. 64-80, e Fichant 1997, p. 20-48.

3 Cf. Kobusch 1987, p. 380-382 (o autor atém-se em particular a Fonseca e a Suárez).

4 *Correspondance Leibniz-Clarke*, editada por Robinet 1957, p. 42 e 100.

5 Cf. Ivi., p. 85 e 136.

6 Cf. Ivi., p. 69.

7 Cf. Ivi., p. 89 e 181.

8 Greene 1727, p. 40-41, 43, 47. Com respeito à recensão wolffiana, cf. *Acta Eruditorum*, Junho 1729, p. 244-245. Na *Ontologia*, Wolff menciona Greene por ter reconhecido que o espaço é somente um "ens notionale", como o tempo e o número, mas julga que ele seja demasiado rigoroso na medida que ele nem sequer na matemática admite a noção imaginária de espaço (Ont § 611).

9 Strähler 1999 (1723), p. 28. O autor, ao contrário, defende, contra Wolff, a realidade do vazio: cf. Ivi., p. 30.

10 Müller 1726, p. 55-57.

11 Ibid. Em seguida Müller tornou-se contra Wolff: veja-se Müller 1731.

12 Wolff, Ont, § 141.

13 Wolff, Ont, § 110.

14 Cf. Wolff, PE, §§ 178 e 188.

15 Wolff, PE, § 177.

16 Para mais um exemplo, cf. Wolff, PR § 82 n.

17 Ch. Wolff, Ont, § 111 n.

18 Wolff, Ont, § 110 n.

19 Ibid.

20 Ibid.

21 Wolff, Ont, § 141 n. Portanto, não me parece que “imaginarius” em Wolff tenha uma “conotação exclusivamente negativa”, como defendido por Pimpinella 1988, p. 382.

22 Wolff, PE, § 177 n.

23 Wolff, Ont, § 111 n.

24 Wolff, De differentia, p. 385-479. Sobre este escrito, que tem um grande interesse epistemológico, cf. Marcolungo 2004, p. 341-347.

25 Wolff, Ont, §§ 574-576.

26 Wolff, Ont, § 576 n.

27 Wolff, Ont, § 577.

28 Wolff, Ont, § 581. É a ideia do tempo como um “receptáculo de sucessivos” (Thümmig 1725-1726 (1982), vol. I, § 52).

29 Wolff, De differentia, § 9.

30 Wolff, Ont, § 582.

31 Wolff, Ont, § 586; De differentia, § 9.

32 Wolff, Ont, § 581 n.

33 Wolff, Ont, § 582.

34 Wolff, Anmerkungen Metaphysik, § 26.

35 Wolff, Ont, § 581 n.

36 Cf. Wolff, Ont, §§ 581 n. e 586; De differentia, § 9.

37 Wolff, Ont, §§ 591-594 e 598.

38 Wolff, Ont, § 599 n. Cf. Wolff, LL, § 937 n.

39 Wolff, Ont, § 599 n.

40 Wolff, Ont, §§ 599 e 611.

41 Wolff, Ont, § 599.

42 Cf. Wolff, PR, § 106.

43 Cf. Wolff, Ont, § 599 n.; De differentia, § 7.

44 Cf. Wolff, Ont, § 141 n.

45 Wolff, Ont, § 140.

46 Wolff, Ont, § 141 n.

47 Note-se que em *Metaphysik L₂*, a expressão “ens imaginarium” é empregada para indicar, de forma genérica, o que em outros lugares Kant chama “ens rationis”: cf. V-Met-L2/Pölitz, AA 28: 543-544, 555. E na Refl 5724 (1783-1784) “ens imaginarium” indica uma de duas espécies de “ens rationis” (Refl 5724, AA 18: 336). Por razões de espaço, não vou me debruçar sobre tal uso, que considero um pouco destoante.

48 Refl. 4673, AA 17: 639: o espaço absoluto “ist [kein] nichts eingebildetes (*ens imaginarium*)”. “Eingebildet” para traduzir “imaginarius” encontra-se também em Lambert 1764, vol. I, p. 481. Os conceitos de espaço e tempo, se claros, mas não distintos, são considerados como “*eingebildete Begriffe*, *Ideaе imaginariae*”.

49 Estão orientadas desta maneira as leituras de Vollrath 1970, p. 57, e de Organte 2003, p. 67-87.

50 Para interpretar de forma consistente estas diferentes formulações de Kant, devemos assumir que a intuição desprovida de qualquer objeto, mencionada na *Crítica*, coincide, em certa medida, com o tempo “considerado em si mesmo e absolutamente” da “Dissertação de 1770”. Isto não implica, em minha opinião, dificuldades insuperáveis: conforme a mesma controvérsia entre leibnizianos e newtonianos, admitir a existência de espaços e tempos vazios significa reconhecer implicitamente ao espaço e ao tempo uma realidade em si, e, portanto, concebê-los como objetos que podem existir mesmo na ausência de outros objetos. Contra essa tentação, Kant adverte que, considerados desta forma, espaço e tempo são apenas entes imaginários.

51 Refl. 5577, AA 18: 238: “Bloße Form ohne realitæt (als Ding an sich gedacht) ist *ens imaginarium*. Raum”. A expressão entre parênteses é uma adição contemporânea à *Reflexion*.

52 Mesmo autores da área wolffiana caracterizaram o ente imaginário de uma maneira semelhante: cfr. Darjes 1743, p. 163 (há um ente imaginário se, por alguma semelhança, “nós representamos como um ente o que não é um ente”); e Böhm 1753 (1998), § 77 (“no próprio ente não há nada pelo que ele seja chamado imaginário; a distinção depende da forma como é representado”).

53 É preciso salientar que a conclusão nem sequer se encontra nas Refl. 5552 (possivelmente 1778-1783; AA 18: 219) e 5725 (1785-1788; AA 18: 336).

54 Este uso técnico foi imediatamente incorporado pelos manuais da escola wolffiana. A exposição de J. P. Reusch parece-me particularmente clara e fiel: Reusch 1735 (1990), §§ 19, 26, 143, 145-146, 153, 155-156.

55 Eberhard 1789, vol. I, p. 169-172.

56 Cf. Kant 1994, p. 79.

57 Este ponto não foi bem apreendido por Longuenesse 2005, p. 75, que, então, interpreta a passagem como se Kant afirmasse que o espaço abstrato da matemática é um ente imaginário.

58 Kant não menciona expressamente Leibniz nem Wolff, mas a identificação de ambos não é difícil.

59 Cf. KrV B 154, B156, B 292.

Recebido / Received: 01.11.2016

Aprovado / Approved: 01.12.2016

